



Município de Setúbal
Câmara Municipal

Exma. Senhora:

PATRICIA MÁRCIA TREGA BONFIM

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

114/2024/SJC

Data

02/07/2024

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO ADMINISTRATIVO NO ATENDIMENTO, ANÁLISE E APOIO ÀS POPULAÇÕES EMIGRANTES NO ÂMBITO DO SETÚBAL TERRITÓRIO INTERCULTURAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES

Exmo. Senhor,

1 – A Câmara Municipal de Setúbal, na qualidade de entidade pública contratante, através da **Exma. Senhora Vereadora, Carla Alexandra Potrica Guerreiro**, no âmbito das competências delegadas pelo Despacho n.º 27/2022/GAP, de 15 de fevereiro e Despacho n.º 170/2024/GAP, de 01 de julho, convida V/ Excelência a apresentar proposta, **até às 23:59 horas, do 6.º dia**, após a receção do presente Convite para o objeto identificado em 3.

2 – O presente fornecimento é efetuado através de procedimento por ajuste direto ao abrigo do artigo 16.º, número 1, alínea a), conjugado com o artigo 20.º, n.º 1, alínea d), do Código dos Contratos Públicos (CCP), com os fundamentos expostos no pedido de aquisição **n.º 1192/2024/DISOC**.

3 – O presente procedimento tem por objeto a **“Prestação de serviços para apoio administrativo no atendimento, análise e apoio às populações emigrantes no âmbito do Setúbal território intercultural, pelo período de 12 meses”**, nos termos definidos no Caderno de Encargos, com início após a assinatura do contrato, nos termos do número 2, do Artigo 112.º e seguintes do CCP.

4 – A Proposta do Concorrente será apresentada com os seguintes documentos, nos termos do Artigo 57.º do CCP:

- a) Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I;



Município de Setúbal
Câmara Municipal

- b) Proposta;
- c) Certificado de Habilitações Literárias;
- d) Curriculum Vitae;
- e) Início de atividade.

5 – Os documentos que constituem a Proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 1 do Artigo 58.º e da alínea c) do n.º 1 do Artigo 86.º do CCP.

6 – A Proposta a apresentar nos termos do n.º 1, do Artigo 62.º, do CCP, deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica - Acingov - <https://www.acingov.pt/>, nos termos do Artigo 62.º, n.º 1 do CCP, não sendo admitida a apresentação de Proposta com variantes.

7 – Os preços constantes da Proposta serão indicados em algarismos e por extenso e não incluem o IVA, de acordo com o estabelecido n.º n.º 1 e n.º 2 do Artigo 60.º do CCP.

8 – Não é exigível caução atendendo ao facto de o preço contratual ser inferior a 500.000,00 €, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 88.º do CCP, no entanto, a Câmara Municipal de Setúbal pode, se assim entender conveniente, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, de acordo com o disposto n.º 3 do mesmo Artigo.

9 – Nos termos do Artigo 117.º do CCP, pode apresentar Proposta um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, desde que um dos seus membros tenha sido convidado para esse efeito, ressalvadas as exceções indicadas no n.º 2, desse Artigo.

10 – Não haverá lugar à fase da negociação, no entanto o concorrente poderá ser notificado a aperfeiçoar a sua proposta, não podendo, no entanto apresentar versão diferente da inicial no que respeita aos aspetos da execução do contrato.

11 – A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade monofator, tendo como único aspeto da execução do contrato a celebrar o preço, de acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 74.º do CCP.



Município de Setúbal
Câmara Municipal

12 – O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação é de 5 dias.

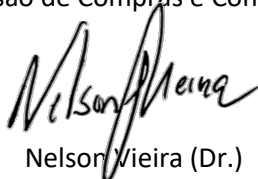
13 – Juntamente com os documentos de habilitação, **o concorrente deverá apresentar comprovativo do seguro de acidentes de trabalho**, para o período da prestação de serviços.

14 – O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados e que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do Artigo 86.º do CCP, é de 5 dias, nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 115.º do CCP.

15 – O concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, de harmonia com o disposto no Artigo 65.º do CCP.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe da Divisão de Compras e Contratação Publica,



Nelson Vieira (Dr.)